


Caudilhismo e liberalismo na região Platina

2.1. O Caudilhismo e o Estado nacional

Aula 3, Texto base:

PRADO, Maria Ligia. "O Caudilhismo e o Estado Nacional". A Formação das Nações Latino-americanas. São Paulo: Atual, 1998, p. 38-56.

O texto *Caudilhismo e o Estado Nacional*, da historiadora Maria Ligia Prado, fundamentalmente, é sobre a fragmentação política do Vice-Reinado do Rio da Prata, da formação de nações latino-americanas, como a Argentina, e da emergência do fenômeno caudilhismo, que, apesar de ser muito vinculada à região do Rio da Prata, foi identificado em diversas partes da América Hispânica após as independências. É importante adiantar que os caudilhos são considerados, em sua maioria, líderes políticos e militares que surgiram das lutas das independências na América Hispânica e, desde então, são compreendidos pela historiografia de forma bastante controversa, pois foram já associados tanto à ideia de barbárie, quanto de baluartes da tradição nacional.



No início do século XIX, a partir de 1810, a grande extensão do continente americano - desde os descobrimentos, dominado pelos espanhóis - entrou em convulsão política, dando início ao processo que resultou nas independências em relação à Espanha e na formação dos novos países da América Latina.

Este processo abrangeu todos os vice-reinos da época (Novo México, Nova Granada, Peru e Rio da Prata), assim como as Capitanias Gerais (da Guatemala, Cuba, Venezuela e Chile). Isto quer dizer que, partindo do atual México, ao Norte, até o Chile, ao Sul, a América espanhola iniciava um momento de guerras que resultariam na emancipação.

Esses movimentos não se isolavam do que ocorria no cenário espanhol, sacudido pela invasão das tropas napoleônicas em 1808, pelo cativo rei Fernando VII e pela coroação de José Bonaparte, irmão de Napoleão. Na Espanha, foram criadas juntas provinciais para organizar a resistência, que foram reunidas em uma junta central de governo, em Sevilha. Essa persistiu até o início de 1810, quando foi dissolvida. Sua dissolução incentivou a formação de juntas autônomas na colônia, processo que acabou culminando, entre outras consequências, nas independências.

Esse rompimento, entretanto, não se daria facilmente. Desde 1810, quando se iniciaram abertamente as lutas, até meados da década de 1820, houve um processo constante de guerras, com vitórias e derrotas, com altos e baixos. Em 1814, por exemplo, quando o rei Fernando VII retornou ao trono espanhol e tentou restaurar a dominação colonial na América, viveu-se uma intensificação dos conflitos. Já em 1820, com uma revolução liberal ocorrida na própria Espanha, o rei viu-se obrigado a obedecer à Constituição de Cádiz, o que limitou em muito o seu poder. De certa maneira, isto também repercutiu favoravelmente nos movimentos independentistas americanos que, além de tudo, já contavam com muitos anos de guerra. Na década de 1820, as diferentes porções da América Hispânica, à exceção de Cuba e Porto Rico, consolidavam suas independências.

Como resultado desse processo, a antiga configuração conformada em torno de vice-reinos e capitanias gerais foi desestruturada e erigida sob novos

contornos, sendo constituídos diferentes estados nacionais, num processo também permeado por conflitos, que não foram somente externos, mas indispueram as diversas partes dos antigos vice-reinos, num sem número de lutas regionais, que deram lugar ao surgimento de líderes locais denominados caudilhos.

No Vice-Reino do Rio da Prata, houve vários embates, em parte resultantes das tentativas de Buenos Aires - capital desde sua fundação, em 1776 - de impor sua hegemonia sobre todo o território. Desde a formação da primeira junta de governo, instituída em 1810 para tomar provisoriamente conta do poder enquanto o rei estava preso, houve a reivindicação da autoridade sobre o restante do território, mas nem todas as regiões quiseram reconhecê-la. As que se submeteram compunham a atual Argentina. O Paraguai logo, em 1811, tomou um caminho próprio. O que conhecemos hoje como República Oriental do Uruguai foi, durante um bom tempo, disputada entre portugueses (e depois brasileiros) e governantes de Buenos Aires. A atual Bolívia se manteve até meados da década de 1820, sob liderança do Império Espanhol.

O que viria a se constituir como Argentina, desde iniciadas as lutas pela emancipação até a década de 1860, foi palco de discórdias políticas que com o tempo se desdobraram em uma verdadeira guerra civil, por meio da liderança dos caudilhos.



O primeiro conflito deu-se já no contexto da primeira junta de governo, em 1810, pela qual se divulgavam o sistema republicano e a independência, além da intenção de Buenos Aires centralizar o poder da nova nação e das províncias do antigo Vice-reino do Rio da Prata.

A então Província da Banda Oriental, atual Uruguai, era cobiçada, por um lado, por Buenos Aires e, por outro, pelos portugueses. José Gervasio Artigas, caudilho da região, despontava primeiro como aliado de Buenos Aires, mas logo se opôs aos projetos centralizadores da capital. Levantou-se, pois, Artigas como líder federalista e antiportenho na segunda década daquele século, mobilizando primeiro as províncias do chamado litoral (entre os rios Uruguai e Paraná).

A influência de Artigas ultrapassou a Banda Oriental, chegando a outras províncias. Apesar da hostilidade de Buenos Aires, sua tropa tomaram Montevideú, em 1814. Ao recusarem o pedido do caudilho para que lhe entregasse a cidade, as duas partes foram à guerra. Artigas saiu-se vencedor e ocupou a cidade, de onde governou a Liga Federal, composta pelas províncias de Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e Misiones. Ele exerceu domínio na maior parte do Litoral até 1816, mas sofreu com a intervenção portuguesa na Banda Oriental em 1820, que durou até 1828, quando se tornou um país independente.

A tensão entre Buenos Aires e províncias se acirrou nos idos de 1819, quando foi completada uma constituição unitária sob o governo de Juan Martín de Pueyrredón, com o apoio de San Martín, que contribuiu com a declaração formal da independência, em 9 de julho de 1816. Essa constituição era centralista, com um executivo que tinha o poder de nomear todos os governadores de províncias e, além do mais, deixava aberta uma possibilidade para a instauração de uma monarquia constitucional.

Nesse momento, as Províncias Unidas do Rio da Prata entraram em um período de guerra civil, marcado por conflitos que contrapunham duas tendências politicamente opostas. De um lado, estavam aqueles que pretendiam centralizar o poder a partir de Buenos Aires e eram conhecidos como unitários; de outro, se encontravam os chamados federalistas, que eram as lideranças locais, defensores de uma política descentralizada e de uma relativa autonomia das províncias. Não só nesse ponto discordavam unitários e federalistas.

Os federalistas eram compostos por líderes provinciais, os chamados



caudilhos, que possuíam um poder local e eram protegidos por milícias pessoais compostas por seus peões, os gaúchos - população híbrida, que misturava traços da cultura indígena e *criolla* e que sabia lidar muito bem com as tarefas do campo, como a criação de gado e a montagem a cavalo.

O grupo dos unitários, por sua vez, reunia indivíduos intelectualizados, de tendência liberal, que valorizavam a cultura urbana e se inspiravam nos moldes da civilização europeia. Assim, por mais paradoxal que possa parecer, a ideia de Argentina nascia marcado por uma divisão política entre unitários e federalistas.

A Constituição Unitária de 1819 despertou resistências nas províncias. Em 1820, ocorreu a famosa Batalha de Cepeda, com ativa participação de Estanislao López, da província de Santa Fé, e Francisco Ramírez, de Entre Ríos. O Congresso Nacional foi dissolvido e iniciou-se uma fase em que se formaram governos independentes e autônomos com relação a um poder central. Nesta década, os caudilhos das províncias do interior e do chamado litoral se mobilizaram no sentido de criar unidades independentes agregadas por pactos interprovinciais.

Assim, em 1820, Tucumán tornou-se uma República, à frente da qual estava o seu antigo governador, Bernabé Araoz. Santiago del Estero e Catamarca, que eram submetidas a Tucumán, conseguiram a separação. Os antigos governadores de Córdoba tinha intenção de centralizar o poder e tomar o lugar de Buenos Aires, mas não receberam apoio das demais províncias. Na região de Córdoba, apareceram outras unidades independentes: San Luis, San Juan, La Rioja. Nessa última exerceu domínio o líder local Facundo Quiroga, imortalizado por Domingos Faustino Sarmiento, intelectual liberal e posteriormente presidente da Argentina, em seu *Facundo: civilização e barbárie*, de 1845, no qual detratava a figura deste e de outros caudilhos, bem como o campo em detrimento da cidade, o interior em detrimento da capital, a América em detrimento da Europa, a "barbárie" em detrimento da "civilização".

O caudilho Facundo Quiroga, analisado por Sarmiento, era um fazendeiro e chefe militar local. Durante muito tempo atuou nos bastidores da política local, ajudando a eleger governadores, até ocupar lugar principal no cenário político da região. Exerceu liderança sobre várias províncias do interior, como Cuyo, Santiago Del Estero, Catamarca, Tucumán, San Juan e, obviamente, La Rioja. Em 1831, consolidou seu poder sobre o interior da Argentina, vencendo seus rivais unitários, os generais Paz e Lamadrid.

Desde o desmembramento das províncias, em 1820, Buenos Aires viveu um período de desenvolvimento econômico, por usufruir das rendas e do comércio portuário. Foi governada, entre 1820 e 1829, por Martín Rodríguez e Bernardino Rivadavia, que desenvolveram políticas modernizadoras, em razão do caráter ilustrado, sobretudo, de Rivadavia.

Entretanto, em 1829, o governo de Buenos Aires passaria às mãos de um caudilho federalista, Juan Manuel de Rosas, execrado pelos unitários e cujo poder teria uma longa vigência (1829 a 1832 e 1835 a 1852). No início da década de 1830, o poder estava dividido entre Juan Facundo Quiroga, no interior, Estanislao López, no Litoral, e Rosas, em Buenos Aires. Com as mortes de Quiroga (1835) e López (1838), Rosas foi o poder dominante na Argentina, tendo governado Buenos Aires com ampla autonomia sobre as outras províncias.

Após a subida de Rosas ao poder, foi selado, em 1831, o chamado Pacto Federal: um pacto interprovincial que funcionou como instrumento legal que tentava conciliar soberania e independência dos estados provinciais e unificação. Surgiu, primeiramente, como tratado das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Ríos, mas posteriormente foi assinado pelo resto das províncias, que delegaram o tratamento das questões exteriores a Buenos Aires, única cidade-porto. O Pacto Federal foi convertido em fundamento da Confederação Argentina até a Constituição Federal de 1853. Sob Rosas, houve, ainda que sem instituições nacionais, uma unificação de fato da Argentina, conquistada por meio de uma ditadura caudilhesca.

A ditadura de Rosas perseguiu políticos e intelectuais liberais que compuseram a geração de românticos, cujos principais expoentes foram Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutierrez. Formavam a chamada Geração de 1837, reunida inicialmente em saraus literários e consolidada no movimento de oposição a Rosas, visto que eram herdeiros do antigo unitarismo, os quais foram proscritos e fizeram a oposição à ditadura a partir do exílio, sobretudo no Uruguai e no Chile.

Após a queda de Rosas, ainda demorou uma década para que o país se unificasse sob uma mesma constituição, pois Buenos Aires não acatou aquela que foi ratificada pelas 13 províncias da Confederação em 1853, em razão de conflitos econômicos que giravam, sobretudo, em torno da luta pela nacionalização dos ingressos alfandegários do porto de Buenos Aires. Entre 1854 e 1861, portanto, Buenos Aires ficou de fora da Confederação.

Em setembro de 1861 travou-se a Batalha de Pavón, que tinha como principais líderes Bartolomé Mitre, então governador de Buenos Aires, e do outro lado, Justo José Urquiza, chefe da Confederação. A batalha foi vencida pelo primeiro, que com a tarefa de organizar um governo unificado, foi eleito presidente pelo Congresso Nacional, em outubro de 1862. A partir desta data foi possível estabelecer um governo argentino integrando as 14 províncias em torno de uma constituição, que considerava uma relativa autonomia das províncias coordenadas pela capital Buenos Aires.

Com efeito, a formação da nação argentina foi fruto de muitos embates entre as perspectivas federalista e unitária. Essa última, defendida por liberais, como Sarmiento, associou o comportamento de líderes regionalistas, como o caudilho Facundo Quiroga, à pura barbárie pela falta de lei, limites, autoritarismo e violência política. No entanto, há aqueles historiadores nacionalistas que consideram que os caudilhos foram líderes regionalistas responsáveis pela proteção do território contra as invasões estrangeiras e pela manutenção da tradição da nação. Diante disso, é fundamental considerar que o caudilhismo foi um tema que ganhou interpretações apaixonadas e tão fortemente movidas por questões ideológicas que, ainda hoje, segue sendo relevante a historiográfica do tema.

B-O tema em questão no livro didático

Observe como o texto sobre o caudilhismo da historiadora Maria Ligia Prado aparece para no livro didático

Os caudilhos

“Ainda que muitas vezes o caudilho fosse um grande fazendeiro, pela sua vida rude, pelas suas qualidades pessoais de coragem e destreza, confundia-se muito com seus seguidores, aos quais, no entanto, travava com indiscutível autoridade. Os caudilhos representavam sempre interesses regionais e, portanto, eram, em sua grande maioria, ardorosos defensores do federalismo como forma de organização política.”

PRADO, Maria Ligia. A Formação das nações latino-americanas. São Paulo: Atual, 1985, p.38. In: BRAICK, Patrícia Ramos & MOTA, Myriam Brecho. História das Cavernas ao terceiro milênio. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2010, p. 308.

Algumas questões para pensar

O livro didático escrito por Patrícia Braick e Myrian Brecho, em 2010, incorpora muitos conteúdos historiográficos atualizados. No caso do trecho sobre o caudilhismo, é possível notar que ele é parte do mesmo texto que lemos no curso. Mas, quando o professor lê apenas esse trecho com os alunos, o que é possível dizer? Como explicar a emergência do caudilhismo após as lutas das independências na América Hispânica com base nesse trecho? O regionalismo defendido pelos caudilhos comprometeu a formação das nações latino-americanas? Ou, ao contrário, contribuiu para a sua formação no momento que

impediu a ingerência ostensiva de países europeus como a Inglaterra?

Algumas observações sobre o quadro “os caudilhos”

Como visto na leitura do texto de Maria Ligia Prado e na aula narrada, o caudilhismo é um tema polêmico da historiografia hispano-americana, sendo associado, por vezes, tanto à barbárie quanto à identidade nacional de muitos países do cone sul. Diante disso, é importante mostrar para os alunos uma leitura crítica acerca dos acontecimentos vividos na América Hispânica após as independências, para que eles compreendam que o fenômeno do caudilhismo ocorreu em algumas regiões, como a Argentina, e determinou, por meio de guerras civis, as bases da formação nacional.

Fica claro, aqui, que a capacidade do professor de retirar elementos do pequeno texto sobre o caudilhismo depende da leitura mais aprofundada sobre o assunto.

Bibliografia complementar sobre o caudilhismo na região platina

DEVOTO, Fernando (Comp.). *La historiografía argentina en el siglo XX (I)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Luzes e sombras na construção da nação Argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

PINTO, Julio Pimentel. *O caudilhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.